

Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MP é proibido de pedir dados sigilosos à Receita Federal sem ordem judicial 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Coerção tributária, dados e a ADI 4980 - OPINIÃO JURÍDICA 4

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

OPERAÇÃO-PADRÃO Greve afeta 87% das indústrias 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Governo busca R\$ 3,1 bi no Orçamento para subsidiar Plano Safra 6

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Contribuição pelo teto do INSS varia de R\$ 828,38 a R\$ 1.417,44 (inss) 8

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

PAUTA DE 2022 Portaria lista projetos prioritários do governo 9

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fusão cria o maior partido do país, avaliam deputados 10

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

ICMS sobre combustíveis representa 14,7% da arrecadação dos estados, mostra levantamento 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo avalia incluir cortes no diesel em projeto de lei sobre ICMS 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O vale-tudo tem hora para acabar (Artigo) 15

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

'Está entendendo como funciona?' (Editorial) 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil resiste a 'parceria' com Reino Unido 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Resultado de janeiro mostra mais uma vez cenário de depressões disseminadas 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prioridades são economia e armas 19

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Retrocessos fiscais e democráticos (Artigo).....	20
CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL ECONOMIA	
Brasil entre a fome e a obesidade.....	21
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Alimentos puxam inflação em janeiro.....	24
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
Empregabilidade jovem está ligada à educação e trabalho (Artigo).....	26
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Ala do PSDB amplia pressão para que Doria desista da Presidência.....	28
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Inflação vai a 0,54% e é a mais alta para janeiro em seis anos.....	30
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Economia usa projeção do governo Temer para mostrar melhora fiscal.....	33
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
O Brasil no último pelotão dos latinos (Editorial).....	35
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Agro cobra de governo e Congresso mais R\$ 3 bi para o crédito rural.....	36
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Bolsonaro promete 'empenho' para conter preços.....	37
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
'Perdemos 21% do poder de compra em três anos'.....	38
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Dólar cai 0,64% e recua a R\$ 5,22; Bolsa sobe 0,20%.....	39
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Início do ano tem maior alta das commodities desde 1995.....	40
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Pesquisa pré-Copom destaca piora fiscal.....	41

MP é proibido de pedir dados sigilosos à Receita Federal sem ordem judicial

Bárbara Pombo De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187137

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187137

Coerção tributária, dados e a ADI 4980 - OPINIÃO JURÍDICA

*Rebeca Drummond de Andrade Müller é advogada do
escritório Figueiredo & Velloso Advogados Associados
e mestre em Direito Tributário pelo IDP/DF.*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/
187137](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187137)

Site:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/
187137](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187137)

OPERAÇÃO-PADRÃO Greve afeta 87% das indústrias

A demora na liberação das importações e exportações devido à operação-padrão da **Receita Federal**, iniciada em dezembro, está causando prejuízos para a indústria gaúcha. A preocupação foi manifestada por industriais na reunião de diretorias da Federação e do Centro das Indústrias (Fiergs/Ciergs). Levantamento feito entre industriais apontou, segundo a entidade, que 87% deles estão sendo afetados pela mobilização. E para 56% os maiores prejuízos estão nas importações.

Os atrasos nas liberações de cargas, alertou a Fiergs, estão concentrados principalmente nas alfândegas, no aeroporto em Porto Alegre, no Porto de Rio Grande, nas fronteiras de Uruguaiana e de São Borja e nas estações aduaneiras de Canoas e de Novo Hamburgo. Como consequência, as indústrias acumulam custos adicionais nas operações de exportação e importação, paralisação das linhas de produção e atraso no cumprimento de contratos com clientes, resultando em multas.

A Fiergs destacou no **comunicado** que "considera fundamental a imediata normalização da prestação de serviços nas aduanas". Para a entidade, no momento de retomada da economia é imprescindível que os setores não encontrem entraves.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10245>

Governo busca R\$ 3,1 bi no Orçamento para subsidiar Plano Safra

Idiana Tomazelli

O governo mapeou a necessidade de remanejar R\$ 3,1 bilhões do Orçamento para bancar o gasto adicional com subsídios a produtores do agronegócio no âmbito do Plano Safra e com outras subvenções custeadas pelo Tesouro Nacional.

A fatura extra decorre do aumento significativo nas taxas de juros, que ampliou a despesa com a chamada equalização -o governo paga a diferença entre a taxa cobrada dos produtores, mais baixa, e o custo efetivo das instituições financeiras que emprestam o dinheiro.

O impasse foi tema de uma reunião da JEO (Junta de Execução Orçamentária) na segunda-feira (7).

Diante da urgência, um primeiro remanejamento de cerca de R\$ 800 milhões deve ser feito já nos próximos dias por meio de portarias ministeriais, segundo técnicos ouvidos pela Folha.

O dinheiro deve ser redirecionado a partir de outras dotações do Ministério da Agricultura que costumam ser pouco usadas. Os outros R\$ 2,3 bilhões dependerão do envio de um pedido de crédito suplementar, que precisará ser aprovado pelo Congresso Nacional.

Para solicitar esse crédito, o governo terá de fazer cortes em outras áreas, uma tarefa sempre árdua e politicamente delicada.

Em janeiro, o presidente Jair Bolsonaro (PL) precisou vetar R\$ 3,18 bilhões em recursos para recompor despesas com salários de servidores. O corte recaiu principalmente sobre as verbas de educação e do **INSS**, gerando desgaste.

Porém, enquanto o governo não tiver recursos suficientes para bancar os subsídios, nenhum novo financiamento pode ser concedido, segundo entendimento de técnicos do governo e do TCU (Tribunal de Contas da União).

Após a condenação da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) pelas chamadas pedaladas fiscais, o governo não vê nenhum espaço para arriscar atrasar seus compromissos com bancos.

Por isso, o entendimento já consolidado, inclusive na corte de contas, é que os financiamentos só podem ser contratados se houver todo o dinheiro necessário no Orçamento para bancar o subsídio correspondente.

Representantes do Ministério da Agricultura e da bancada ruralista acompanham de perto as negociações por seu potencial impacto nas lavouras.

A suspensão dos financiamentos coincide com o período da safrinha, quando já houve a colheita da primeira safra e as lavouras são renovadas para o cultivo de grãos como o milho.

Há a preocupação de que os produtores sejam levados a buscar financiamentos mais caros para evitar atrasos em seus cronogramas, ou que a produção fique prejudicada.

Segundo o levantamento da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), a produção de milho na safrinha deve responder por 86,3 milhões de toneladas, cerca de 76% do total do grão no país.

O Plano Safra 2021/2022 foi lançado em junho do ano passado, em uma cerimônia que teve a presença de Bolsonaro e ministros. Foram colocados R\$ 251,2 bilhões à disposição dos produtores, com recursos para financiar investimentos e atividades de custeio e comercialização.

As taxas de juros, por sua vez, tiveram um aumento. Para pequenos produtores, a alta foi de 4% para 4,5%. Para os médios, houve elevação de 5% para 5,5%. Já a taxa cobrada dos grandes passou de 6% para 7,5%.

Ainda assim, as taxas do Plano Safra são menores do que as cobradas em outros tipos de financiamento.

Para se ter uma ideia, na época do anúncio do plano, a taxa básica de juros, a Selic, estava em 4,25% ao ano, com perspectiva de alta. De lá para cá, o Banco Central precisou apertar o ritmo de aperto monetário.

No início deste mês, o Copom (Comitê de Política Monetária) elevou a taxa a 10,75% ao ano. No envio da proposta de Orçamento de 2022, em agosto do ano passado, o governo estimava que a Selic média ficaria em 6,63%.

Nesse cenário, a dotação total para subsídios, subvenções e Proagro (outro programa voltado à área rural) era de R\$ 13,7 bilhões. A ampliação do diferencial eleva os gastos do Tesouro Nacional.

Subvenções associadas a outros programas, como o PSI (Programa de Sustentação do Investimento) e de financiamento a cerealistas, também ficarão mais caras, embora o principal fator de aumento seja o Plano Safra, segundo os técnicos do governo.

O presidente da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), deputado Sérgio Souza (MDB-PR), criticou o que classificou de precipitação do governo.

Segundo ele, os recursos são necessários para bancar a equalização de operações já realizadas, mas não deveriam comprometer novas contratações. A maior preocupação é com os riscos à safrinha.

Souza disse ainda que a bancada pede ao governo a ampliação dos recursos do Plano Safra, uma vez que os R\$ 251,2 bilhões são considerados insuficientes.

"Trabalhamos para aumentar o recurso, pois um trator que custava R\$ 400 mil hoje custa R\$ 800 mil.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

17

Contribuição pelo teto do INSS varia de R\$ 828,38 a R\$ 1.417,44 (inss)

Fernanda Brigatti

A correção do salário mínimo e das aposentadorias pagas pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) altera também os valores das contribuições recolhidas pelos trabalhadores e empresas ao Regime Geral de **Previdência Social**.

Quem tem salário alto, igual ou maior do que o teto de R\$ 7.087,22, terá, a partir deste mês, descontos entre R\$ 828,38 e R\$ 1.417,44. O valor máximo pago pelo **INSS** em aposentadorias e pensões é também referência para as contribuições recolhidas à Previdência.

No caso dos empregados com carteira assinada, o cálculo e o recolhimento são feitos pelos empregadores. O desconto máximo de R\$ 828,38 considera a tabela de alíquotas progressivas de contribuição, que vão de 7,5% a 14%.

Nesse modelo de descontos, cada percentual é aplicado às respectivas faixas salariais. O cálculo do pagamento do **INSS** será feito pelo empregador, a quem também caberá o desconto do IR, se houver.

Assim, na fatia da remuneração até R\$ 1.212, a alíquota é de 7,5% e corresponde a um desconto de R\$ 90,90. Essa faixa de recolhimento será aplicada a todos os trabalhadores, pois corresponde à contribuição previdenciária do salário mínimo.

A partir desse valor e até R\$ 2.427,35, o desconto é de 9%. Depois, para a fatia entre R\$ 2.427,36 e R\$ 3.641,03, o abatimento é de 12%. Na faixa final, limitada pelo teto, o desconto é de 14%.

Quem quiser fazer as contas deverá considerar as diversas faixas salariais. A **Previdência Social** considera o teto como o valor máximo para cálculo da contribuição -ele é chamado de salário de contribuição. Mesmo que o trabalhador ganhe, por exemplo, R\$ 10 mil, o desconto ao **INSS** será calculado sobre R\$ 7.087,22.

A alíquota efetiva dos salários iguais ou maiores do que o teto é de 11,69%.

Para os autônomos, que são responsáveis pelos próprios recolhimentos, o cálculo é mais simples, mas

os valores máximos também são maiores.

A legislação previdenciária prevê que esses profissionais recolham 20% do que recebem mensalmente, desde que esse valor fique em um intervalo que considere o piso e o teto dos salários de contribuição, que são, respectivamente, o salário mínimo e o teto.

A contribuição recolhida por esses profissionais é calculada sobre o valor cheio, e não por faixas, como é o caso dos trabalhadores com carteira assinada. Os pagamentos ficam, portanto, entre R\$ 242,40 (20% do salário mínimo) e R\$ 1.417,44 (20% do teto).

A consultora Mariza Machado, da consultoria IOB, lembra que esse tipo de recolhimento, feito sob o código 1007, de contribuinte individual, cabe apenas aos trabalhadores autônomos que não prestam serviços a empresas e que exercem atividade econômica por conta própria.

O prazo para o pagamento da contribuição de autônomos e facultativos (aqueles que não têm atividade remunerada) vence no dia 15 de cada mês. Ou seja, a contribuição referente a janeiro deverá ser paga até o dia 15 de fevereiro.

Os autônomos enquadrados como trabalhadores avulsos não precisam fazer os recolhimentos. Quem paga são as empresas contratantes e o cálculo também é feito por fatia do salário, igual ao dos trabalhadores com carteira assinada.

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/contribuc%3Ao-pelo-teto-do-inss-varia-de-r-82838-a-r-141744.shtml>

PAUTA DE 2022 Portaria lista projetos prioritários do governo

O governo federal publicou uma portaria com 45 propostas prioritárias para a agenda no Congresso em 2022. O documento foi divulgado em edição extra do Diário Oficial da União e encaminhado a lideranças do Legislativo, com assinatura do chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira. Na agenda econômica, o governo apontou entre as prioridades a **reforma tributária** (PEC 110/2019) e a reforma do Imposto de Renda, em tramitação no Senado. Há disposição no Senado para encaminhar a proposta de mudança no sistema tributário, mas sem garantia de aprovação. A reforma do IR, por sua vez, enfrenta resistência ainda maior e foi colocada na gaveta.

Na Câmara, uma das prioridades do Executivo é o projeto de lei que une PIS e Cofins e cria a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), também parado. A privatização dos Correios e o Marco de Garantias completam a lista nesse tema. Em meio à alta no preço dos combustíveis no país, o governo apontou o projeto que altera a cobrança do ICMS, imposto arrecadado pelos Estados, como prioridade. A proposta passou pela Câmara no fim do ano passado e deve ser pautada no Senado na próxima terça-feira.

Os senadores, porém, se articulam para desidratar o texto, dando liberdade para cada governador definir a alíquota do ICMS na largada. A portaria lista ainda proposta "em formulação no Congresso" para autorizar a redução temporária de **impostos** federais sobre o diesel. Esse dispositivo deve ser incluído em um dos projetos que serão pautados no Senado na próxima semana. O governo também quer aprovar até março a medida provisória que garantiu o pagamento de R\$ 400 para o Auxílio Brasil.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10245>

Fusão cria o maior partido do país, avaliam deputados

NATÁLIA MELLO DA REDAÇÃO

Os deputados federais Hélio Leite (DEM) e Celso Sabino (PSL), além da deputada estadual Dra Heloisa (DEM), avaliaram como positiva a criação do União Brasil, resultado da fusão entre DEM E PSL, aprovada por unanimidade na última terça-feira, 8, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os dois grupos políticos agora detêm a maior bancada na Câmara Federal e, juntos, de acordo com os parlamentares, formam o maior partido do país, sob a égide de dois importantes nomes políticos: Luciano Bivar, do PSL, e ACM Neto, do DEM.

Para o deputado federal Celso Sabino, o União Brasil nasce com a força de dois partidos grandes e com excelentes quadros no âmbito nacional, que, segundo ele, têm na sua certidão de nascimento as características de buscar a redução da desigualdade social, redução da pobreza, a busca pelas reformas necessárias para a nação brasileira, como a reforma tributária e a reforma política.

"Sem dúvida nenhuma, o maior partido do Brasil hoje tem tudo pra agregar defensores de centro-direita, que anseia pelo desenvolvimento, pela geração de emprego e renda no nosso país, que é o melhor programa social que nós podemos defender, o emprego e renda, unindo pessoas nos quatro cantos da nação brasileira. Assim também acontecerá no estado do Pará, unindo pessoas de bem, pessoas que querem o melhor pro Brasil e para o Pará em todas as suas regiões. Nós estamos juntos construindo um grande país e uma agremiação partidária. As decisões estão sendo colegiadas com muito diálogo e assim está sendo feito em todos os estados da federação", declarou Sabino.

Pelo DEM, o deputado federal Hélio Leite também acredita que a fusão transformou os partidos no maior grupo político brasileiro, e disse que vem sendo construída uma nova formatação do partido, um novo estatuto, para que seja eleita uma grande bancada federal nas próximas eleições.

"Na nossa visão, a União torna-se o maior partido do Brasil, com 81 deputados federais, 7 senadores, 5 governadores. Estamos criando diretórios em todos os estados do Brasil e lançando candidatos a senador, a governo e vice governo do estado, a deputados

federais e estaduais.

Nesse novo formato, vamos apoiar quem prestigia e tem a agenda pautada aos interesses sociais iguais aos do partido", ressaltou.

Sobre a presidência dos diretórios estaduais, Hélio Leite, atual presidente do DEM no Pará - bem como Celso Sabino é presidente do PSL no estado - afirmou que ainda neste mês de fevereiro será feita reunião para a composição dos sete membros do partido no Pará. "Celso Sabino pode ser presidente, eu, vamos ver. Esse será um lugar para adesão de prefeitos dos partidos também para aumentarmos a capilaridade política do grupo no estado", finalizou Hélio Leite.

Para a deputada estadual Dra Heloisa, a fusão é positiva, já que ambos partidos unem esforços agora para serem o maior partido do Brasil, fortalecendo uma nova política. "Vejo com bons olhos, e fui convidada para ser presidente do União Brasil Mulher estadual. Assumindo a pasta da mulher, vou poder colaborar com a minha experiência como deputada, isso contribui nessa missão de continuar trabalhando nas causas femininas", disse a parlamentar, lembrando que o momento ainda é de celebrar a homologação do partido pelo TSE, e que ainda não há reunião marcada para oficialização dos líderes do partido no Pará. "Devemos começar a reunir na próxima semana", antecipa.

Também foram procurados para comentar o assunto os deputados Hilton Aguiar (DEM), que não retornou à solicitação, e Nilton das Neves (PSL), que preferiu não se pronunciar sobre o assunto.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/?numero=37080&edicao=119582>

ICMS sobre combustíveis representa 14,7% da arrecadação dos estados, mostra levantamento

Por Bianca Lima e Luiz Guilherme Gerbelli, GloboNews e g1

Uma eventual redução do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado sobre os combustíveis pode trazer uma perda relevante de arrecadação para os estados.

O ICMS é o principal imposto arrecadatório dos governadores, e boa parte dele vem da incidência sobre gasolina e diesel. No ano passado, o total de **tributos** estaduais arrecadados pelos 26 estados e pelo Distrito Federal somou R\$ 689,4 bilhões, sendo R\$ 101,3 bilhões provenientes do imposto que incide sobre combustíveis, segundo um levantamento realizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP).

Em nove estados, o ICMS sobre combustíveis representa mais de 20% da receita tributária que entra no caixa dos governadores.

Veja abaixo:

A cobrança do ICMS no preço dos combustíveis se tornou um embate público entre o presidente Jair Bolsonaro e os governadores. Com frequência, Bolsonaro cobra dos estados uma redução do imposto para ajudar na queda dos preços da gasolina e do diesel.

Uma mudança na cobrança do ICMS vai ter um impacto muito significativo, sobretudo para os estados que têm uma malha rodoviária importante, afirma Daniel Duque, gerente da inteligência técnica do CLP.

O Centro-Oeste é uma região muito dependente do ICMS de combustíveis, dado que o agronegócio depende do escoamento da produção para os portos, acrescenta.

Congelamento do ICMS

Pressionados por Bolsonaro, os governadores anunciaram o congelamento do ICMS em novembro do ano passado. Em janeiro, a medida foi renovada e vale até março.

Com o congelamento, os estados deixaram de calcular o preço médio ponderado ao consumidor final a cada 15 dias para a cobrança do ICMS. Dessa forma, eventuais aumentos nos preços dos combustíveis não são mais considerados na base de cálculo do ICMS.

Os governadores, no entanto, defendem a criação de um fundo com verbas federais para mitigar a alta dos preços dos combustíveis. Os recursos seriam utilizados para compensar os períodos de aumento na cotação do barril do petróleo. Eles também defendem que qualquer mudança do ICMS seja feita a partir de uma ampla **reforma tributária**.

O ICMS compõe apenas uma parte do preço do combustível. Ele também é formado pela margem da Petrobras, por **tributos** federais (PIS/Pasep, Cofins e Cide), além do custo de distribuição e revenda.

Há ainda o custo do etanol anidro, que é adicionado à gasolina, e o valor do biodiesel, que compõe o diesel. Veja abaixo:

Debates em andamento

No Congresso Nacional, duas propostas de emenda à Constituição (PEC) e um projeto de lei podem alterar a cobrança do ICMS.

Senado

De autoria do senador Carlos Fávaro (PSD-MT), a PEC autoriza União, estados e municípios a reduzir ou zerar **impostos** - como o ICMS - sobre diesel, biodiesel, gás e energia elétrica, em 2022 e 2023, sem precisar de medida de compensação.

Também cria um auxílio diesel de R\$ 1,2 mil para caminhoneiros, com recursos que serão pagos fora do teto de gastos; aumenta de 50% para 100% o subsídio para as famílias de baixa renda na compra do gás de cozinha; e repassa R\$ 5 bilhões para os municípios com o objetivo de mitigar a alta da tarifa do transporte público.

O Senado ainda analisa um projeto de lei que determina que o ICMS deixará de ser cobrado como

uma porcentagem sobre o preço final do combustível.

A proposta é de que o tributo passe a ser um preço fixo, em reais por litro. Esse preço seria definido uma vez por ano, pelos governos estaduais, e não poderia ultrapassar o valor médio do combustível dos últimos dois anos. O projeto é criticado pelos governadores, que afirmam que perderiam mais de R\$ 20 bilhões em arrecadação no período de um ano.

Câmara dos Deputados

Apresentada pelo deputado Christino Áureo (PP-RJ), a PEC proposta permite que União, estados e municípios reduzam ou zerem **impostos** sobre os combustíveis e o gás de cozinha em 2022 e 2023, sem medida de compensação. Também permite diminuir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Fontes do ministério da Economia calculam que a perda de arrecadação, apenas para a União, seria de R\$ 54 bilhões em um ano.

Site: <https://g1.globo.com/economia/de-olho-no-orcamento/noticia/2022/02/10/icms-sobre-combustiveis-representa-147percent-da-arrecadacao-dos-estados-mostra-levantamento.ghtml>

Governo avalia incluir cortes no diesel em projeto de lei sobre ICMS

Idiana Tomazelli Julia Chaib Renato Machado

A gestão Jair Bolsonaro (PL) considera agora a possibilidade de incluir a autorização para reduzir **tributos** sobre o diesel em um projeto de lei complementar já em tramitação no Senado, segundo integrantes do governo ouvidos pela Folha.

A solução seria uma saída diante dos entraves ao avanço das PECs (propostas de emenda à Constituição) protocoladas na Câmara e no Senado que propõem a redução de **tributos** sobre combustíveis, entre outras medidas. Os diferentes textos geraram disputa no governo e no Congresso.

A decisão final ainda depende da análise de estudos que foram encomendados, no governo e no Congresso, para verificar a viabilidade jurídica desse caminho.

A principal preocupação é blindar Bolsonaro no ano em que ele buscará a reeleição. A lei eleitoral proíbe a concessão de novos benefícios no ano de realização do pleito.

Há também no campo político a ponderação sobre como construir o acordo em torno desse projeto de lei entre Câmara e Senado. O governo cogita a inclusão da desoneração do diesel, mas existe preocupação de que senadores queiram ampliar o alcance da benesse.

A concentração de esforços no projeto já vem sendo defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

"A gente deveria focar no texto do PLP 11, que a Câmara votou e está no Senado, para que a gente module o congelamento dos preços do ICMS em um valor que seja justo para a população", disse Lira à Folha nesta terça-feira (8).

Também nesta terça, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sinalizou que a aprovação de uma PEC poderia não ser necessária, a depender de ajustes no texto do projeto de lei.

Pacheco afirmou que uma reunião entre o relator do projeto, senador Jean Paul Prates (PT-RN), e integrantes da equipe econômica foi realizada para discutir detalhes. Interlocutores do Ministério da

Economia confirmam as conversas, sob condição de anonimato.

A possibilidade de mudança na estratégia para entregar a redução nos **tributos** sobre combustíveis desejada por Bolsonaro vem após o próprio governo se dividir entre duas propostas distintas no Congresso.

A PEC da Câmara, apresentada pelo deputado Christino Áureo (PP-RJ), mas que foi redigida na Casa Civil, ainda não reuniu as 171 assinaturas necessárias para avançar.

Já a proposta do Senado, protocolada pelo senador Carlos Fávaro (PSD-MT) e apelidada de "PEC kamikaze" pela equipe econômica, soma até agora 32 assinaturas (eram necessárias 27). Ela recebeu o endosso do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do presidente e de lideranças do governo, além de ter o apoio de ministros da ala política.

Além de desonerar **tributos**, a proposta dos senadores amplia gastos com o auxílio-gás, subsídios a tarifas de ônibus e cria um auxílio-diesel para caminhoneiros. O time de Guedes calcula um impacto superior a R\$ 100 bilhões.

O próprio Banco Central deu um recado duro alertando que a aprovação de medidas de curto prazo para reduzir preços de combustíveis poderia ter, na verdade, um efeito inverso, impulsionando câmbio e **inflação**.

Diante das resistências e sem consenso em torno dos textos das duas PECs, integrantes do governo avaliam que o melhor caminho pode ser concentrar os esforços no projeto que trata da mudança na cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre combustíveis.

O projeto prevê uma cobrança fixa de ICMS por litro de combustível, cujo teto seria o valor obtido a partir da alíquota atual sobre a média de preços dos dois anos anteriores.

A ideia agora é incluir no texto a possibilidade de a União desonerar **tributos** sobre o diesel sem a necessidade de compensação exigida pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). Isso seria possível porque a LRF também é uma lei complementar.

A desoneração do diesel tem um custo significativamente menor, ao redor de R\$ 17 bilhões.

O texto do Senado precisará passar por modificações para ajustar os anos que servirão de base de cálculo do ICMS, o que torna necessária nova votação na Câmara. Por isso, os negociadores dessa solução querem aproveitar para incluir o diesel e ganhar tempo na tramitação.

Uma PEC tem rito mais demorado. Na Câmara, ela precisa passar por duas comissões antes de ser analisada em plenário, em dois turnos de votação. No Senado, a proposta passa por uma comissão antes de ser submetida novamente a dois turnos de apreciação.

No Congresso, a tramitação mais célere do projeto é apontada como vantagem também para evitar desgaste político dos parlamentares em suas bases.

Como a única PEC que reuniu assinaturas até agora é a do Senado, mais ampla, o temor dos deputados é que eles precisem enxugar o alcance dos textos para evitar o colapso das contas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

17

O vale-tudo tem hora para acabar (Artigo)

Solange Srour Economista-chefe de Brasil do banco Credit Suisse. É mestre em economia pela PUC-Rio

No fim do ano passado, muitos analistas esperavam que o populismo fiscal se esgotasse com a aprovação da PEC dos Precatórios. A "intocabilidade" do teto de gastos foi comprometida para permitir a triplicação do gasto com o Bolsa Família; mas tudo na vida tem um preço, e as leis que restringem o gasto em ano eleitoral seriam um anteparo para 2022.

Ledo engano. Mal começou 2022, e nós já vimos uma avalanche de propostas irresponsáveis. Os analistas mais uma vez não dão muita importância, de olhos apenas na corrida eleitoral e na expectativa de mudança. Ignoram que o país está cada vez mais vulnerável e que as condições iniciais da economia em 2023 determinarão o tamanho do ajuste necessário, sua velocidade, seu escopo e sua chance de sucesso.

As PECs para aliviar a alta de combustíveis através da redução de **impostos** tendem a ser só o começo da farra fiscal. Há propostas de instituir o auxílio-diesel, subsídios para o transporte público e aumento do vale-gás. Tais programas estariam isentos da meta de primário, do teto de gastos e da regra de ouro. Ainda na fila das medidas populistas, temos o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda, a possibilidade de redução do IPI sobre bens duráveis e o novo Refis.

O mercado mal reage a tantas estripulias, envolto na euforia do aumento de fluxo estrangeiro na Bolsa e da apreciação do real. Afinal, o que importa é que elegeremos um presidente hábil, centrista, que formará um governo imbuído de responsabilidade social e fiscal. Através de ajustes graduais de algumas despesas, de elevação da carga tributária e de uma ampla base de sustentação no Congresso, o eleito diminuirá a incerteza econômica gerada nos últimos dois anos. Com a confiança restaurada, os juros cairão, e o Brasil voltará a crescer.

Outra ilusão. O atual senso comum não só é contraproducente como será de pouca valia no começo de 2023. Contraproducente porque abre espaço para uma piora aparentemente ilimitada das contas fiscais. De pouca valia porque todos os episódios históricos de consolidação fiscal que reestabeleceram a estabilidade de preços e o crescimento do **PIB** não se deram por expectativas favoráveis, mas sim a partir de um conjunto de ações.

O problema é que a ideia segundo a qual o estrago de

hoje pode ser contornado facilmente nos próximos anos não se sustenta. Condições monetárias, fiscais e econômicas do começo do processo de ajuste importam.

Em geral, consolidações graduais não são bem-sucedidas em situações de níveis elevados e crescentes de dívida e em ambiente de baixo crescimento com altas taxas de juros. Emergências fiscais exigem ajustes rápidos e significativos. Para compreender a extensão do ajuste necessário ao longo dos próximos anos a fim de estabilizar a relação dívida/**PIB**, precisaremos de um aumento equivalente a 4% do **PIB** no resultado primário. Isso será muito desafiador no contexto da ampla rigidez orçamentária e das crescentes pressões de gastos relacionadas ao rápido envelhecimento da população e ao aumento da desigualdade.

A composição do ajuste fiscal também importa para a probabilidade de seu sucesso. Ajustes baseados em cortes de gastos são muito menos onerosos e mais bem-sucedidos do que aqueles baseados em aumentos de **impostos**. Se a consolidação proposta consistir preponderantemente em **impostos** de baixa capacidade arrecadatória, como o de grandes fortunas, a credibilidade do ajuste se esvaírá rapidamente.

A experiência também sugere que regras fiscais aumentam a probabilidade de estabilização da dívida, dada a relutância dos governos em se comprometer com a disciplina fiscal em condições adversas. Não só já abrimos mão de nossas regras como não vemos vontade de reestabelecê-las nas candidaturas favoritas. E, mesmo que esse seja o caso, qual é a credibilidade de um novo teto de gastos? Uma vez alterada a regra por conveniência, será difícil reconstruir sua credibilidade.

Quem quer que seja eleito precisará mostrar que o choque de confiança veio para ficar, não podendo abrir mão de um ajuste significativo, do reestabelecimento de uma regra fiscal crível e do controle do Orçamento. O benefício da dívida ao próximo governo está sendo dado, mas tem prazo de validade. Expectativas positivas sempre ajudam, mas não são garantia de um final feliz para um filme de horror visto de olhos fechados.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>
17

'Está entendendo como funciona? (Editorial)

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), deu uma explicação muito didática sobre o posicionamento da gestão de Jair Bolsonaro a respeito da desoneração de combustíveis e que vale para praticamente qualquer assunto que é debatido no Legislativo: "O governo não tomou nenhuma iniciativa para mandar nenhuma Proposta de Emenda à Constituição (para desonerar combustíveis).

É o presidente Bolsonaro que diz querer zerar os **tributos** dos combustíveis. O presidente Bolsonaro é contra a vacina, e o governo dá vacina para todo mundo, está entendendo como funciona?"

Sim, deputado, o País já entendeu perfeitamente bem como funciona: Bolsonaro, eleito com 55 milhões de votos, é um presidente decorativo, cujas determinações são ignoradas por seu próprio governo e por seus aliados no Congresso. A bem da verdade, é uma sorte danada que as sandices de Bolsonaro não sejam levadas a sério nem na Esplanada dos Ministérios, mas a esdrúxula situação mostra a que ponto o presidente escolhamba o cargo que ocupa.

Alvo de críticas na mais recente ata do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), as propostas de isenção de **tributos** sobre combustíveis da Câmara e do Senado são tão irresponsáveis quanto irreais.

Qualquer presidente sensato não cogitaria abrir mão de uma arrecadação estimada em até R\$ 100 bilhões em troca de uma incerta redução de centavos no preço final ao consumidor. De quebra, como destacou o Copom, as medidas podem acelerar a já pressionada **inflação**, desvalorizar ainda mais o real ante o dólar e exigir a continuidade do ciclo de aperto na taxa básica de juros.

Depois de três anos, esperar sensatez de Bolsonaro é ingenuidade, mas as explicações de Ricardo Barros jogam luz no cenário político: o que Bolsonaro diz não tem valor, e o apoio do senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente, a uma das propostas de desoneração, contrariando o Ministério da Economia, só confirma o divórcio entre o presidente e seu próprio governo. "Bolsonaro disse que quer zerar **impostos** dos combustíveis, certo? Como o governo não escreve o texto para isso, porque é contra, quem deveria escrever o texto? A Economia, mas a Economia é contra, não quer escrever o texto, e aí o Parlamento está tomando uma iniciativa", afirmou Ricardo Barros.

É aqui que o líder do governo escancara o fato de que nem a opinião do ministro da Economia, Paulo Guedes, que assentiu com o desmonte constitucional das regras fiscais, precisa ser levada em conta. Em certo ponto, Barros até tem razão, dado que o supostamente liberal Paulo Guedes já se mostrou favorável a subsidiar o diesel e a indústria, com a redução linear das alíquotas do IPI. Diante de uma administração que se recusa a governar e que não sabe o que quer, o País assiste ao triunfo de um parlamentarismo de ocasião e precisa contar com a responsabilidade de uns poucos heróis que restaram. Salvo esparsas iniciativas vindas de outras áreas do Executivo, o Centrão reina sozinho.

Se Ricardo Barros foi quem melhor traduziu o valor de face do pensamento bolsonarista e a resposta do Legislativo a essas sandices, coube aos especialistas do Fundo Verde definir o trabalho do Ministério da Economia. O fundo, que apresenta retornos consistentes desde sua criação, classificou a proposta de eliminar os **impostos** sobre os combustíveis como "um desvario completo", algo "que não resiste a um minuto de considerações sobre sua qualidade ou conveniência". "O governo Bolsonaro chega ao fim de maneira praticamente indistinguível do governo Dilma do ponto de vista econômico, bem como o ministro da Economia converge para o ministro da Fazenda que gerou o maior desastre econômico de que se tem registro", diz o relatório.

"Quem poderia imaginar que o governo eleito em 2018 acusando o governo petista de instaurar o comunismo e implementar políticas econômicas totalmente equivocadas iria começar o último ano de seu mandato recorrendo às piores práticas do governo petista?" Como diz o título da análise, trata-se da mais perfeita representação de "terra-planismo econômico".

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasil resiste a 'parceria' com Reino Unido

Daniel Rittner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187137?page=18§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187137?page=18§ion=1

Resultado de janeiro mostra mais uma vez cenário de depressões disseminadas

Sérgio Lamucci

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187137?page=18§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187137?page=18§ion=1

Prioridades são economia e armas

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187137?page=18§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187137?page=18§ion=1

Retrocessos fiscais e democráticos (Artigo)

Benito Salomão

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187137?page=18§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187137?page=18§ion=1

Brasil entre a fome e a obesidade

ROSANA HESSELMARIA EDUARDA CARDIM

O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, com o agronegócio batendo recordes de produção e de exportações, contribuindo para o saldo positivo da balança comercial. No entanto, o país abriga uma série de contradições, agravadas com a pandemia e que são vistas nos pratos dos brasileiros.

Apesar de o Brasil ter uma das maiores áreas cultiváveis do planeta devido ao clima e ao solo favoráveis, 116 milhões de habitantes vivem em situação de insegurança alimentar, o equivalente a 16,8% dos 680 milhões de pessoas no mundo que não conseguem realizar todas as refeições diárias recomendadas por nutricionistas. E, ao mesmo tempo em que 19 milhões de cidadãos no país passam fome, 26,8% da população adulta sofrem de obesidade devido à alimentação baseada em produtos baratos, ultraprocessados ou de pouco valor nutritivo.

Antigamente, até mesmo os mais pobres conseguiam se alimentar melhor, porque a refeição principal era de produtos in natura. O prato balanceado tinha arroz, feijão, uma salada e uma proteína como "mistura". Contudo, nos dias de hoje, principalmente devido à **inflação** seguir em dois dígitos (de 10,38% no acumulado em 12 meses até janeiro, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, divulgados ontem), corroendo o poder de compra das famílias, os alimentos ultraprocessados ou de pouco valor nutritivo, que são mais baratos, ocuparam o lugar de destaque no prato. E, de acordo com especialistas que participaram do Correio Talks Live - Sistemas Alimentares e Desenvolvimento Sustentável, realizado, ontem, pelo Correio Braziliense, em parceria com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), esse é um dos principais motivos do aumento do número de adultos obesos no país.

Os participantes do debate destacaram que a obesidade e a insegurança alimentar são duas faces do mesmo problema que assola o Brasil e, que, na pandemia, ficou mais evidente, devido ao aumento da desigualdade e a volta do país ao mapa da fome.

"A falta de comida de verdade causa os dois problemas, causa o sobrepeso e a obesidade e a fome e a desnutrição. Em um sistema que é cada vez mais dominado por ultraprocessados, a gente tem menos alimentos e comida de verdade, e vai ter gente com desnutrição, com fome e com obesidade", avaliou o assessor regional em Nutrição e Atividade Física da

Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), Fábio Gomes.

Bióloga, professora da Universidade de Brasília (UnB) e integrante da Academia Brasileira de Ciências, Mercedes Bustamante concordou com Gomes e ressaltou que o acesso aos alimentos é uma parte do problema no país. Vale lembrar que as taxas de desemprego ainda são elevadas e devem permanecer em dois dígitos, de acordo com especialistas. Além disso, devido à **inflação** persistente, o endividamento das famílias vem batendo recordes, comprometendo 51,2% da renda disponível, conforme dados do Banco Central referentes a outubro.

"O acesso ao alimento de qualidade, in natura, pouco processado é uma parte importante da segurança alimentar. (...) E, muitas vezes, esses produtos ultraprocessados são aqueles que estão disponíveis para essas camadas mais vulneráveis", avaliou Bustamante.

Além disso, a questão do preço dos alimentos é central no debate, como frisou a nutricionista e coordenadora do Programa de Alimentação Saudável e Sustentável do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Janine Coutinho. "Dados de 2017 apontam que o Brasil, na época, ainda tinha uma tendência de que os produtos in natura eram mais baratos, ao contrário de muitos países desenvolvidos. Mas essa inflexão, se ela não chegou na pandemia, está próxima de chegar", afirmou.

Preço influenciado pelo peso que a agricultura das commodities tem no Brasil. "A gente vê o aumento da área plantada de soja que não é para o consumo humano e uma redução da área plantada de feijão. Então, vai perdendo esse espaço na ponta, no sistema de produção, na distribuição e, consequentemente, no acesso", ressaltou Bustamante.

Meio ambiente

A forma convencional de produção dos alimentos, além de adoecer a população, tem sido responsável pelo impacto nas mudanças climáticas e nas ofertas massivas de ultraprocessados. "Em nível global, de 20% a 35% das emissões são relacionadas à agricultura", exemplificou Janine.

Em meio à pandemia, a nutricionista destacou que a crise climática é, também, uma emergência sanitária aguda e prolongada. "A forma de produzir os alimentos

está aumentando os riscos de doenças zoonóticas, que são aquelas passadas dos animais para os humanos. Então, é um ponto de atenção muito grande", sustentou.

A preocupação com o meio ambiente também acontece porque as políticas de combate ao desmatamento e às emissões de gases causadores do efeito estufa serão decisivas para preservar a competitividade da agropecuária nacional nos mercados interno e externo, de acordo com o deputado federal Marcelo Ramos (PSD-AM). Na avaliação do parlamentar, por sinal, esses serão os dois grandes desafios para o país na construção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e que passam, inevitavelmente, pelo Congresso.

Ramos lembrou que o consumidor brasileiro, assim como o europeu, tende a ficar cada vez mais seletivo na escolha de produtos oriundos de cadeias mais sustentáveis. "A escolha do consumidor - de uma análise de procedência e de impacto ambiental - já está presente e é uma escolha que deve crescer daqui por diante", disse.

O deputado federal Rodrigo Agostinho (PSB-SP) enfatizou as disparidades na produção advinda da agricultura familiar versus a produção agrícola convencional. "A agricultura familiar, em uma série de situações, é que tem conseguido inovar. Temos visto, cada vez mais, a utilização de bioinsumos para controle biológico com produção orgânica, que cresce mais do que a produção não orgânica", frisou.

Devido à precarização dos órgãos de fiscalização do meio ambiente, promovida pelo governo Jair Bolsonaro, Mercedes Bustamante lamentou o esvaziamento dos conselhos consultivos da sociedade civil junto ao Executivo federal. "Houve um esvaziamento ou encerramento dos conselhos consultivos quando a gente mais precisa deles", reprovou.

A pesquisadora também não poupou críticas ao Projeto de Lei 6.299/2002, o chamado PL do Veneno, aprovado, ontem, pela Câmara (leia reportagem ao lado), porque amplia o uso de agrotóxicos, proibidos em outros países por serem prejudiciais à saúde.

Desafios e contradições

Vivemos hoje uma sindemia global causada pelas altas taxas de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. Esse é o maior desafio atual para a sociedade, o meio ambiente e o planeta — e a solução passa por uma transição dos Sistemas Alimentares.



Vice-líder mundial na exportação de commodities agrícolas em 2020, o Brasil ainda possui

116 milhões

de pessoas convivendo com insegurança alimentar

20%

das emissões globais de gases de efeito estufa geradas pela agricultura, principalmente, devido à conversão da floresta em área de pasto e de lavoura, conforme relatório da FAO, com dados de 2016

19 milhões

de brasileiras e brasileiros passando fome

44%

do total de emissões no Brasil provenientes da agricultura, segundo dados do relatório do Observatório do Clima

26,8%

da população adulta sofrendo com a obesidade

80%

das emissões no Brasil, somando agricultura e pecuária, entre 1990 e 2018

Principais problemas com os sistemas alimentares



Agricultura é o setor que mais impacta e é impactado pelas mudanças climáticas.



Mais de 690 milhões de pessoas enfrentam insegurança alimentar no mundo, embora o agronegócio siga batendo recordes de produção.



A produção convencional de alimentos é baseada no uso intensivo de agrotóxicos, desmatamento e monocultura, que fazem mal à saúde das pessoas e ao planeta.



Os Sistemas Alimentares atuais colaboram para o avanço da sindemia global, que é caracterizada pela relação das crises globais de fome, obesidade e mudanças climáticas.



Políticas públicas inadequadas incentivam o consumo de ultraprocessados e dificultam o acesso a alimentos saudáveis, provocando obesidade e outras doenças.



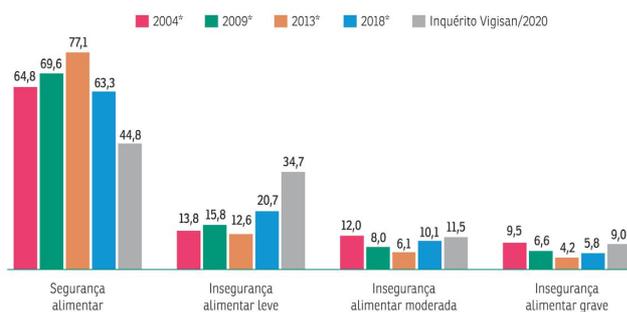
A produção do agronegócio brasileiro que, em 2020, representou 26% do PIB brasileiro, deve ser impactada fortemente pelas mudanças climáticas. Em escala global, as estimativas das perdas econômicas futuras causadas pelas alterações no clima são de até 18% do PIB mundial, segundo pesquisa do Swiss Re Institute.



Interferência da indústria na formulação de políticas públicas e retrocessos de direitos fundamentais.

Evolução da miséria

O número de brasileiros que voltaram a passar fome cresceu novamente nos últimos anos, especialmente após a chegada da pandemia da covid-19



*Dados da Pnad/IBGE/

Fontes: Idec, IBGE, Observatório do Clima, SwissRe e FAO e comparação das estimativas de Segurança/Insegurança Alimentar do inquérito Vigisan e dos inquéritos nacionais reanalisados conforme escala de oito itens/Rede Pennsan (2021)

Alimentos puxam inflação em janeiro

Fernanda Strickland

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a **inflação** oficial do país, desacelerou para 0,54% em janeiro, após ficar em 0,73% em dezembro do ano passado, mas foi o maior resultado para o mês desde 2016. Nos últimos 12 meses, o indicador acumula alta de 10,38%, acima dos 10,06% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A alta foi influenciada, principalmente, pelo grupo alimentação e bebidas, que subiu 1,11% e teve o maior impacto no índice do mês (0,23 pontos percentuais). Entre os alimentos, os principais destaques de alta ficaram com as carnes (alta de 1,32%) e as frutas (3,40%). Além disso, os preços do café moído (4,75%) subiram pelo 11º mês consecutivo, acumulando elevação de 56,87% nos últimos 12 meses. Cenoura, (27,64%, cebola (12,43%), batata-inglesa (9,65%) e tomate (6,21%) também tiveram aumentos expressivos.

Segundo o economista André Braz, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o efeito da alta dos alimentos é temporário. "Os produtos de feira livre normalmente sobem durante o verão, mas depois costumam cair de preço. Desta forma o efeito não é permanente, portanto não chega a comprometer a **inflação** de 2022", disse.

Braz observou, porém, que os preços dos bens duráveis chamaram a atenção. "Os carros novos e usados continua subindo, os artigos de residência e eletrodomésticos também aumentaram no mês. Isso mostra os espalhamentos das pressões inflacionárias", salientou. Segundo o IBGE, 73% dos itens pesquisados tiveram aumento de preços em janeiro.

O grupo transportes, por sua vez, ajudou a segurar o índice, ao apresentar recuo de 0,11%. Esse foi o único dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados a ter queda em janeiro. O recuo é consequência, principalmente, da queda nos preços das passagens aéreas (-18,35%) e dos combustíveis (-1,23%). Além da gasolina (-1,14%), também caíram os preços do etanol (-2,84%) e do gás veicular (-0,86%). O óleo diesel (2,38%) foi o único a subir em janeiro. Outros destaques negativos foram os recuos dos transportes por aplicativo (-17,96%) e o aluguel de veículos (-3,79%).

O estudante Manuel de Freitas, 25 anos, residente no Gama (DF), contou que acabou de chegar de uma viagem. "Comprei as passagens ainda em 2021, aproveitando uma promoção, pois elas estão bem caras", disse.

O analista da pesquisa do IBGE, André Filipe Almeida, explicou que contribuíram para a queda dos combustíveis os reajustes negativos aplicados nas refinarias pela Petrobras em dezembro. "Isso ajuda a entender o recuo nos preços em janeiro", afirmou.

Meta

Segundo o mestre em economia Benito Salomão, a **inflação** tende a terminar 2022 acima da meta do governo. "Os comunicados do Banco Central têm mostrado que ele vai agir para tentar fazer a **inflação** convergir a partir de 2023", afirmou. "Para este ano, não há muito o que fazer. Porém deve haver uma desinflação, que está relacionada com o aperto monetário que já foi feito. Como o pacote de combustíveis, que deve reduzir o indicador a curto prazo, as chuvas podem contribuir para a queda de preço na energia elétrica, porque os reservatórios devem ficar mais cheios", explicou.

O objetivo perseguido pelo Banco Central é de 3,5% neste ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Para Salomão, neste ano, a **inflação** deve permanecer forte, em torno de 7%. "O que, na minha opinião, ainda é muito elevado. É o dobro do teto da meta", afirmou. "Vai ser um grande desafio para o BC, porque a política fiscal está sendo expansionista", disse.

Dragão persistente

A inflação desacelerou para 0,54% em janeiro, após ficar em 0,73% em dezembro, mas foi a maior taxa para o primeiro mês do ano desde 2016. Nos últimos 12 meses, o índice acumula alta de 10,38%

IPCA — Variação sobre o mês anterior (em %)



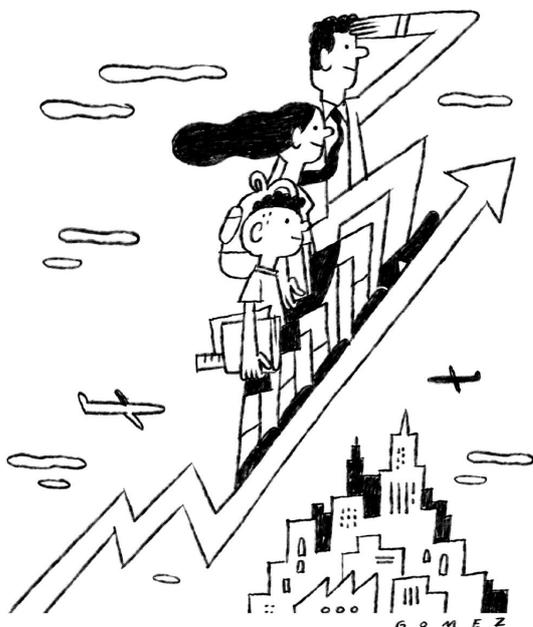
IPCA acumulado em 12 meses (em %)



Fonte: IRGEF



Empregabilidade jovem está ligada à educação e trabalho (Artigo)



Humberto Casagrande - CEO do Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee) Ricardo Melantonio - Superintendente Institucional do Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee)

Sem perspectiva de entrar no mundo do trabalho formal ou renda para investir nos estudos, os jovens brasileiros sobrevivem entre subempregos e ajuda financeira dos pais. A crise econômica acarretada pela pandemia do coronavírus ainda colaborou para a condução de mais 800 mil pessoas para a condição nem-nem, aqueles jovens que não estudam e não trabalham. A expressão, infelizmente, tornou-se uma velha conhecida dos brasileiros, e hoje personifica 30% da população de até 29 anos, segundo a consultoria IDados. São estarrecedores 12,3 milhões de jovens, número superior ao da população da Bélgica, por exemplo.

Neste cenário, a crise da empregabilidade de jovens escalou para um ponto de ruptura, e não é mais possível conviver com esta realidade. É urgente o fortalecimento e proteção de iniciativas públicas sociais como a Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000). A legislação, criada há 21 anos, é um instrumento jurídico e responsável por dar alento aos jovens entre 14 e 24 anos incompletos em situação de vulnerabilidade social. Não obstante, é capaz de combater duas mazelas crônicas brasileiras: a evasão escolar e o trabalho infantil.

Os avanços nas duas últimas décadas deram ao programa a capacidade de se ajustar a novas realidades e oportunidades, caso do Ensino Médio integral. Encaramos o itinerário formativo, voltado para a formação técnica e profissional, uma possibilidade de aumentar o número de aprendizes resguardados pela premissa do ensino teórico associado ao ensino prático, e a permanência nos bancos escolares.

É justamente com a perspectiva e certeza da possibilidade de transformar os milhares de aprendizes em milhões que o Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee) tem se unido a outras entidades para a construção do Fórum da Juventude pela Educação. O grupo entende que, embora representativo, os atuais 470 mil aprendizes em todo país, de acordo com números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), estão longe do ideal. Para as entidades participantes, está claro que mudanças são inadiáveis, e elas começam com a criação de vagas qualificadas, educação de qualidade e o estreitamento de laços entre a escola e o mundo do trabalho.

A aprendizagem nos prova que a resposta está ao nosso alcance e conta com índices para balizar a potencialidade do programa. Em pesquisa, encomendada ao Datafolha, o Ciee comprovou que ao menos 43% dos egressos da aprendizagem estão cursando nível superior, média maior que o índice nacional. A cada quatro egressos, ao menos três atingiram o objetivo do programa e não integram mais o grupo nem-nem. O aprendiz, por sua vez, passa a reconhecer a importância da educação em seu desenvolvimento pessoal e, ao menos 93%, concordam totalmente que o estudo é o melhor caminho para a realização profissional.

Um segundo levantamento, esse encomendado à instituição Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), demonstrou que o programa também é responsável por impulsionar a economia. O volume de renda dos aprendizes chegou a R\$ 3,26 bilhões, e é capaz de impactar direta e indiretamente o Produto Interno Bruto (PIB) em R\$ 7,9 bilhões, se levados em consideração números referentes a 2017. Entretanto, atualmente, nenhuma das unidades federativas consegue cumprir a cota mínima estabelecida de contratação de 5% da força de

trabalho de referência, ao contrário, amargam uma média de 2% de aprendizes contratados.

Isso posto, ressaltamos a necessidade de aliar investimentos em educação e empregabilidade, uma vez que estamos vivenciando o quão catastrófico ambos podem ser quando desassociados. Essa cruzada por mais dignidade aos nossos jovens começa em Brasília, e lá temos o Projeto de Lei 6461/19, em tramitação no Congresso Nacional com o propósito de instituir o novo estatuto da aprendizagem, e perpassa por ações contundentes na esfera empresarial. Apenas assim será possível ofertar mais oportunidades aqueles que estão ingressando no mundo do trabalho, e, neste cenário, já não cabe mais o protagonismo moldado por promessas.

Ala do PSDB amplia pressão para que Doria desista da Presidência



Carolina Linhares

Uma ala de tucanos insatisfeita com a candidatura de João Doria (PSDB) à Presidência da República decidiu ampliar a pressão pela desistência do governador paulista, que venceu as prévias do partido em novembro, mas marca apenas 4% de intenções de votos nas pesquisas.

Em uma reunião na casa do ex-ministro Pimenta da Veiga, um dos fundadores do PSDB, tucanos que apoiaram nas prévias o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), discutiram saídas para o partido na terça-feira (8).

Doria classificou o encontro como um "jantar de derrotados" e cobrou "grandeza na vitória e na derrota" em entrevista à rádio Eldorado, na manhã desta quarta-feira (9).

"Foi um jantar de derrotados, com todo o respeito. Todos eles foram derrotados nas prévias. [...] Não me parece que cinco pessoas sentadas num jantar possam representar o PSDB", disse.

Participaram da reunião, além de Leite, os senadores José Aníbal (SP) e Tasso Jereissati (CE) e o deputado federal Aécio Neves (MG), rival de Doria. Outros três deputados também compareceram.

"Eu entendo que na vida pública, mas na vida privada da mesma maneira, você tem que compreender vitórias e derrotas. Eu tive circunstancialmente uma vitória nas prévias do PSDB, mas tive a grandeza de cumprimentar o Eduardo Leite e todos que o apoiaram de maneira efetiva e educada", completou Doria.

Ainda à rádio, o governador afirmou que venceu as prévias com o voto soberano de filiados e

mandatários. "É preciso ter grandeza na vitória e na derrota. Lamentavelmente alguns preferem não compreender isso, mas eu respeito." O encontro foi tratado por aliados de Doria como um golpe, uma conspiração e um segundo turno da eleição interna tucana. O presidente do partido, Bruno Araújo, que também é coordenador da campanha do governador, afirmou que não é o momento de cobrar desempenho do pré-candidato à Presidência.

Entre as opções aventadas pelo grupo está a tentativa de viabilizar a candidatura de Leite, seja no PSDB ou no PSD, que vem sondando o governador gaúcho, ou apoiar a senadora Simone Tebet (MS), presidenciável do MDB.

Na reunião, a hipótese que ganhou mais força foi a de resgatar a candidatura de Leite pelo PSDB. A ideia é iniciar uma mobilização dentro do partido que possibilite a revisão da candidatura de Doria. Para isso, o grupo vai sondar nos estados as dificuldades dos tucanos locais em montarem chapas ligadas à Doria.

Nesta quarta (9), em evento na Câmara, o presidente do PSD, Gilberto Kassab, não descartou o nome de Leite como presidenciável da sigla.

"Ele tem condições, tem pré-requisitos para ser candidato, é jovem, é respeitado, já mostrou que tem vontade de ser presidente da República. [...] Também atende a uma expectativa do nosso partido de que o nosso presidente tenha independência em relação a esse governo", afirmou.

A avaliação do grupo é a de que Doria não tem nenhuma viabilidade, está caindo nas pesquisas, vai mal mesmo em estados do Sudeste e que a inquietação em relação à sua candidatura cresce no partido -afetando a eleição de candidatos nos estados e da bancada federal.

Como mostrou o Painel, a saída de deputados do PSDB nos próximos meses pode atingir mais de um terço da bancada, de 32 representantes.

Em nota, Leite afirmou que não está em curso "qualquer encaminhamento sobre desembarque de candidatura ou saída do partido".

"Conversamos e ponderamos sobre o cenário e perspectivas e iremos fazer a discussão internamente no partido", completou.

O governador gaúcho disse que "as prévias não deram o partido ao candidato".

"É legítimo que se demande, diante do cenário, a clareza na apresentação da estratégia em uma eleição que consideramos crítica." Leite diz que Doria será demandado a apresentar um plano de ação "para reverter o quadro adverso". E que a preocupação dos tucanos não é apenas como baixo desempenho nas pesquisas "apesar da intensa exposição" mas com a "altíssima e persistente rejeição que o candidato escolhido tem no seu próprio estado".

A resposta de aliados de Doria à reunião desta terça foi dura. "O PSDB escolheu Doria em prévias históricas como nosso candidato a presidente. Não tenho nenhuma dúvida de que o compromisso com a democracia é o principal pilar do partido. Por isso, avançamos a cada dia como a melhor alternativa para o Brasil. Os cães ladram e a caravana passa", tuitou o presidente do PSDB-SR Marco Vinholi.

"A conspiração do grupo de perdedores contra o vencedor das prévias e candidato à Presidência do Brasil pelo PSDB, João Doria, demonstra que a derrota lhes subiu à cabeça. É uma tentativa amadora de golpe, um ataque infantil ao processo democrático. É uma tentativa de tapetão" publicou o presidente da Assembleia de São Paulo, Carlão Pignatari (PSDB).

"Os rebeldes do PSDB, partido que tem a democracia em seu nome, precisam urgentemente entender que não há hipótese de segundo turno das prévias. Ao invés de se reunirem para planejar o futuro do Brasil, se juntam para tentar sabotar o próprio partido, mesmo diante de **inflação**, fome e desemprego em franca expansão. Uma pena", escreveu o secretário da Casa Civil, Cauê Macris (PSDB).

Na manhã desta quarta, Araújo, presidente do partido, divulgou uma nota dizendo valer "o reconhecimento ao resultado de um processo interno que escolheu João Doria". O presidente vinha sendo cobrado por aliados de Doria pela demora no posicionamento.

"Seguimos firmes na nossa candidatura presidencial e dialogando com outros partidos na possibilidade de uma convergência política densa e capaz de nos levar ao segundo turno das eleições." "Na política tudo tem um tempo. É legítimo solicitar desempenho de qualquer candidatura, mas, para que haja credibilidade nesses propósitos, o tempo precisa ser respeitado. Não é o momento para essa cobrança", escreveu.

De maneira reservada, tucanos estimam que Doria tem até o meio do ano para demonstrar crescimento nas intenções de voto -ou o partido pode realmente não segurar sua candidatura.

A rádio Eldorado, Doria afirmou que ainda não decolou nas pesquisas porque as pessoas estão preocupadas neste momento com pandemia e desemprego, não com eleição.

O movimento de encontrar um caminho para tornar Leite presidenciável pelo PSDB seria ousado e não há certeza de como fazê-lo, segundo um apoiador do gaúcho. Há o receio de ampliar o racha interno das prévias, mas Leite é considerado mais competitivo e com espírito novo para essa ala do partido.

Em nota à reportagem, Aécio afirmou defender "que o PSDB tenha uma candidatura presidencial que seja competitiva, que agregue outras forças e, dessa forma, contribua para o crescimento de nossa bancada no Congresso e nas Assembléias, além, claro, de poder nos levar à vitória".

Segundo o deputado, são seus rivais internos na sigla que atribuem a ele a posição de não querer uma candidatura própria. Aécio diz defender a candidatura de Leite. "Não há nada mais importante para o crescimento de um partido do que uma candidatura presidencial que mobilize seus membros", diz.

Enquanto Doria tem dificuldade de emplacar sua candidatura no PSDB, Lula tem se aproximado desse grupo, como mostrou a Folha.

O ex-presidente deve formar chapa com Geraldo Alckmin (sem partido) como candidato a vice e esteve recentemente com o ex-ministro Aloysio Nunes Ferreira, como ex-governador de Goiás Marconi Perillo, com o ex-senador Arthur Virgílio (AM) e com Tasso.

Lula também encontrou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) em maio do ano passado. Diante de notícias de uma possível nova reunião entre eles, FHC ressaltou seu apoio a Doria.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49817&anchor=6449783&pd=c723b24ed97fc1fbf62e4babce93b084>

Inflação vai a 0,54% e é a mais alta para janeiro em seis anos

Leonardo Vieceli

Pressionado por alimentos, o índice oficial de **inflação** no Brasil começou 2022 com alta de 0,54% em janeiro, informou nesta quarta-feira (9) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Trata-se do maior resultado no mês para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em seis anos. Ou seja, desde janeiro de 2016 (1,27%), quando a economia do país atravessava período de recessão.

A variação de 0,54% veio em linha com as expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam taxa de 0,55%.

O resultado até sinaliza uma desaceleração frente a dezembro de 2021, quando o avanço havia sido de 0,73%, mas o IPCA segue em dois dígitos no acumulado de 12 meses.

A alta acumulada até janeiro chegou a 10,38%, a maior desde novembro de 2021 (10,74%). No recorte dos 12 meses até janeiro, a taxa é a mais elevada desde 2016 (10,71%).

O IPCA está distante da meta de **inflação** perseguida pelo BC (Banco Central). O centro da medida de referência neste ano é de 3,50%. O teto é de 5%.

De acordo com analistas, o índice deve estourar a meta em 2022. Se a estimativa for confirmada, será o segundo ano consecutivo de descumprimento. Em 2021, o avanço do IPCA até dezembro foi de 10,06%.

Para tentar conter a **inflação**, o BC vem subindo a taxa básica de juros, que alcançou 10,75% na semana passada. O efeito colateral da Selic mais alta é inibir investimentos produtivos na economia, já que as linhas de crédito ficam mais caras no país. A redução de investimentos, por sua vez, ameaça a geração de empregos e a retomada econômica.

Conforme o IBGE, oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta de preços em janeiro. O avanço mensal do IPCA foi influenciado, principalmente, por alimentação e bebidas (1,11%). O grupo teve o maior impacto no índice do mês (0,23

ponto percentual).

Segundo André Filipe Almeida, analista da pesquisa do IBGE, a alta dos alimentos pode ser associada em parte a eventos climáticos adversos.

No início do ano, estados como Minas Gerais e Bahia sentiram os reflexos de fortes chuvas, enquanto a região Sul amarga período de estiagem.

"Produtos in natura têm o clima como um dos principais fatores para determinação da quantidade produzida e ofertada", disse Almeida. "Esses fatores climáticos acabam influenciando a quantidade e até a qualidade dos produtos", emendou.

Em alimentação e bebidas, os principais destaques foram carnes (1,32%) e frutas (3,40%). Embora tenham desacelerado em relação ao mês anterior, os itens responderam pelos maiores impactos no grupo.

Já os preços do café moído (4,75%) subiram pelo 11º mês consecutivo. Outros destaques foram cenoura (27,64%), cebola (12,43%), batata-inglesa (9,65%) e tomate (6,21%).

No sentido contrário, os principais recuos em alimentação e bebidas vieram de arroz (-2,66%), frango inteiro (-0,85%) e frango em pedaços (-0,71%).

O IBGE ainda apontou que a desaceleração do IPCA de dezembro para janeiro (de 0,73% para 0,54%) foi impactada pelo grupo dos transportes.

O segmento recuou 0,11%, após subir 0,58%. Esse foi o único dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados que teve queda em janeiro.

Segundo o instituto, o recuo reflete a baixa nos preços das passagens aéreas (-18,35%) e dos combustíveis (-1,23%). Além da gasolina (-1,14%), também houve queda em etanol (-2,84%) e gás veicular (-0,86%).

"A queda nas passagens aéreas pode ser explicada pelo componente sazonal", ponderou Almeida. "Em relação aos combustíveis, os reajustes negativos aplicados nas refinarias pela Petrobras, em dezembro, ajudam a entender o recuo nos preços em janeiro", acrescentou.

Na visão do economista André Braz, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), os dados do mês passado mostram um "espalhamento das pressões inflacionárias".

Em janeiro, o índice de difusão calculado pelo IBGE foi de 73%. Foi a segunda vez consecutiva acima de 70%. Em dezembro, o indicador estava em 75%.

O índice mede o percentual de produtos e serviços que apresentaram alta de preços, em uma amostra com 377 subitens do IPCA. Quanto maior ele for, mais difusa é a **inflação**.

"Em fevereiro, a gente não vai ter a contribuição negativa da gasolina. Já vai aparecer um sinal positivo, porque, antes do final da primeira quinzena de janeiro, foi anunciado aumento nas refinarias. Vamos ter ainda os reajustes das escolas", diz Braz.

"A gente deve ter uma **inflação** bem parecida com essa que a gente viveu no mês passado. Isso quer dizer que a **inflação** deve oferecer pouca trégua", acrescenta.

Entre as 16 capitais e regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, Curitiba (PR) tem a maior variação acumulada em 12 meses. A alta até janeiro foi de 12,77%. Em seguida, aparecem Rio Branco (AC), com 11,90%, e Vitória (ES), com 11,65%.

Belém (PA) está na outra ponta da lista, com IPCA acumulado de 8,84%. É o menor entre as metrópoles. São Paulo registra **inflação** de 10,02%.

Ao longo da crise, houve aumento dos preços administrados, como combustíveis e energia elétrica, carestia de alimentos e persistente ruptura da cadeia global de insumos industriais.

No Brasil, o dólar mais alto foi um componente adicional, já que intensificou a pressão inflacionária. O câmbio, que impacta itens como combustíveis, subiu em meio à turbulência política protagonizada pelo governo Jair Bolsonaro (PL).

O avanço generalizado dos preços castiga sobretudo os mais pobres, que têm menos condições financeiras para enfrentar a carestia. Em meio a esse contexto, o Brasil passou a registrar uma sucessão de cenas de grupos em busca de doações e até de restos de comida para alimentação.

O mercado financeiro projeta **inflação** de 5,44% no acumulado até dezembro de 2022, aponta a edição mais recente do boletim Focus, divulgado pelo BC.

A estimativa vem sendo revisada para cima nas últimas semanas diante dos riscos que permanecem no cenário. Parte dos analistas já prevê IPCA maior, acima de 6%.

"As projeções têm sido revisadas para cima. Diria, hoje, que a **inflação** deve ficar entre 6% e 6,5%", aponta o economista Fábio Astrauskas, sócio-diretor da Siegen Consultoria.

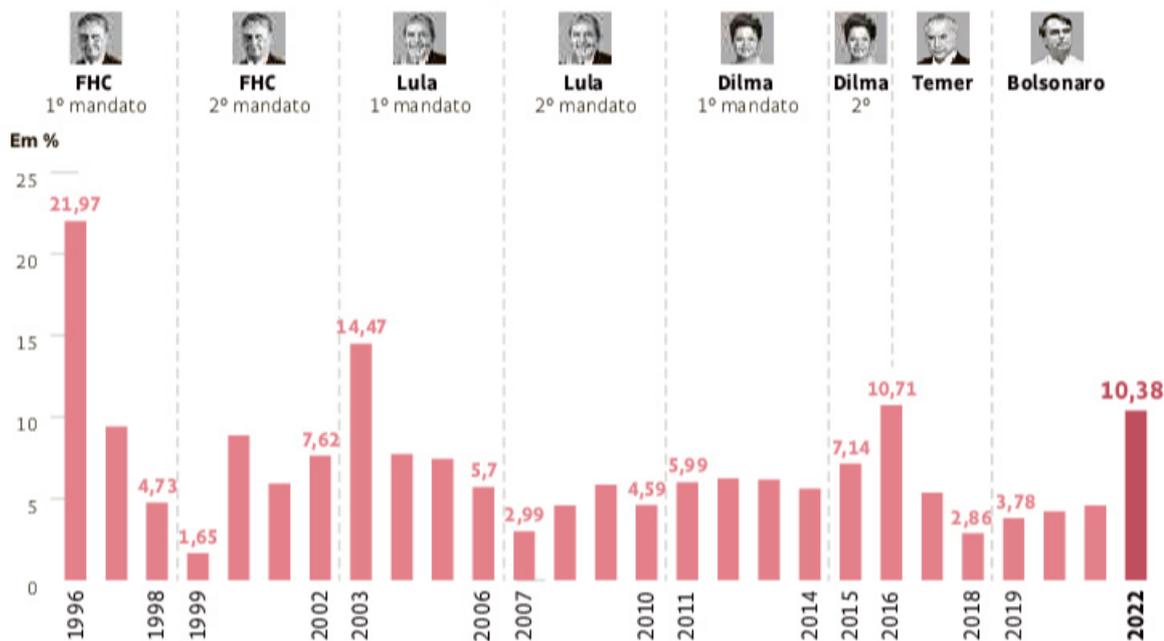
"O maior desafio é desarmar a memória inflacionária. Vários países estão lidando com isso no momento".

Site:

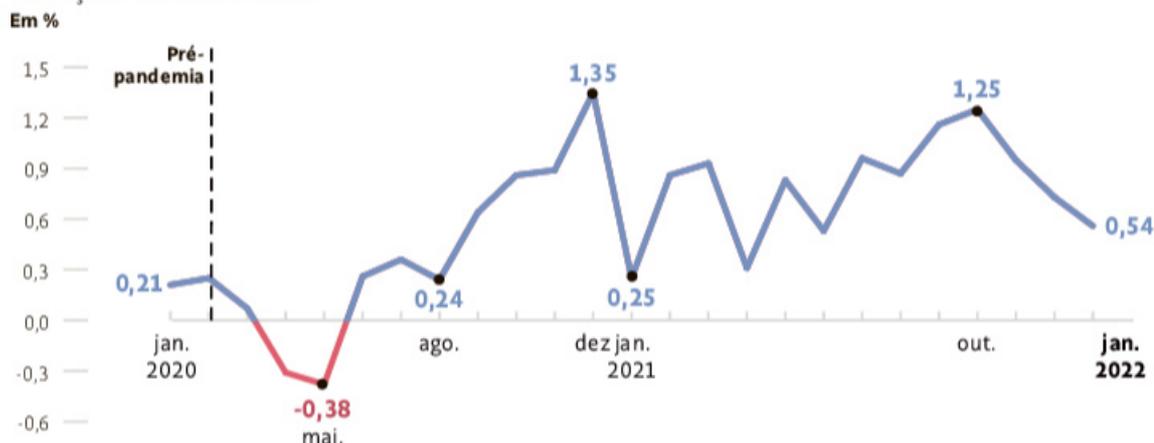
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49817>

Inflação no Brasil

Acumulado em 12 meses do IPCA até janeiro, em %

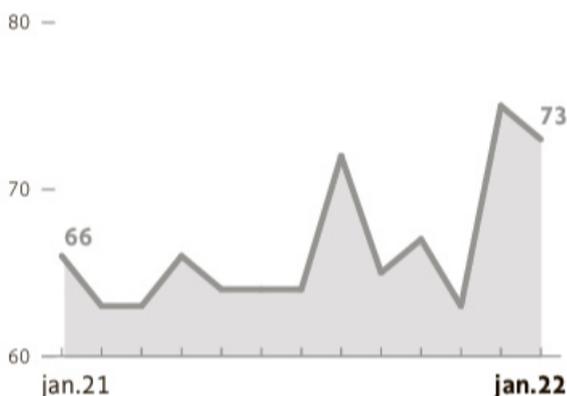


Varição mensal do IPCA



Índice mensal de difusão

Percentual de bens e serviços com aumento de preços, em %*



Varição mensal dos grupos no IPCA

Em jan.22, em %



*Proporção é calculada em uma amostra com 377 itens | Fonte: IBGE

Economia usa projeção do governo Temer para mostrar melhora fiscal

Idiana Tomazelli

Em reação a críticas dirigidas à condução da política fiscal do governo, o Ministério da Economia lançou uma ofensiva para mostrar que a aprovação de reformas contribuiu para melhorar o cenário em grau maior que o projetado no fim de 2018 pela equipe econômica do ex-presidente Michel **Temer** (MDB).

Uma nota informativa elaborada pela SPE (Secretaria de Política Econômica) da pasta mostra que indicadores como dívida bruta, resultado primário e despesas e receitas como proporção do **PIB** (Produto Interno Bruto) tiveram trajetória melhor que a esperada, a despeito dos efeitos negativos provocados pela pandemia de Covid-19.

A dívida bruta, por exemplo, fechou o ano passado em 80,3% do **PIB**, menos que os 81,4% do **PIB** estimados para 2021 já com a aprovação de reformas fiscais, que incluíam a reforma da Previdência.

Já as receitas líquidas do governo central (que inclui Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência) fecharam o ano passado em 18,2% do **PIB**, acima até mesmo das projeções mais otimistas realizadas no fim da gestão anterior.

A condução da política fiscal pela equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) tem sido criticada por economistas, que veem a melhora no quadro das contas como momentânea e passível de reversão.

No ano passado, o governo central teve um déficit de R\$ 35 bilhões. Já o resultado do setor público como um todo registrou um superávit de R\$ 64,7 bilhões, o primeiro desde 2013, graças ao caixa abastecido de estados e municípios.

A IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado, órgão de acompanhamento das finanças públicas, tem alertado que a melhora nas contas pode ser fugaz. Para 2022, a instituição projeta déficit de R\$ 106,2 bilhões, acima dos R\$ 79,4 bilhões previstos no Orçamento aprovado pelo Congresso.

O chefe da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos da Economia, Adolfo Sachsida, rebate as críticas e afirma que os números elencados pela SPE comprovam a importância de o governo ter segurado

os gastos e apostado na consolidação fiscal.

Sachsida, que nos três primeiros anos de governo comandou a SPE, elencou a aprovação da reforma da Previdência, a vedação a reajustes salariais do funcionalismo em 2020 e 2021 e de reformas microeconômicas que, segundo ele, permitiram o aumento da produtividade.

"O processo de consolidação fiscal não é ideológico. Esse estudo foi apenas para mostrar para a sociedade que o nosso discurso tem substância. Não estamos só falando, estamos falando e fazendo", afirmou.

O assessor do ministro disse que, caso a desconfiança persista, o mercado pode olhar para as projeções feitas pelo "dream team de **Temer**" no fim de 2018. "Estamos melhor que o cenário otimista", afirmou.

Sachsida nega, porém, que a necessidade de recorrer a estimativas de outro governo para cancelar os resultados atuais indique falta de credibilidade da gestão atual.

"Junto ao presidente, nossa credibilidade é muito boa, tanto é que o presidente nos apoia. Junto ao grande público também é muito boa", afirmou.

O assessor afirmou que o ajuste fiscal não deve ser abandonado agora em nome da redução de preços de combustíveis -pauta que vem sendo cobrada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).

Embora tenha evitado comentários mais incisivos sobre as propostas em discussão no Congresso, que podem ter impacto superior a R\$ 100 bilhões nas contas públicas, ele demonstrou preocupação com os rumos do tema.

"O processo de consolidação fiscal ajuda a segurar **inflação**, inclusive o preço dos combustíveis", disse. "Precisamos encontrar uma solução que preserve o processo de consolidação fiscal. Se não preservar, o resultado não será satisfatório", afirmou.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

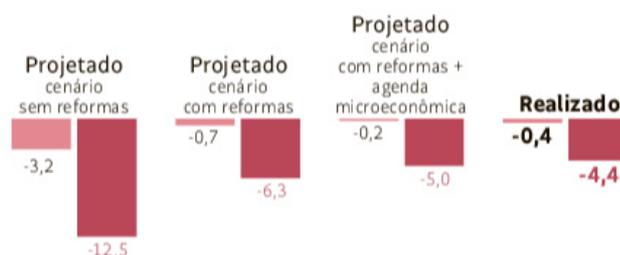
17

Economia aponta cenário fiscal mais benigno

Comparação entre projeções feitas em dezembro de 2018 (governo Temer) com o observado em 2021

Resultado, em % do PIB

- Primário do governo central
- Nominal do setor público



Despesa primária total, em % do PIB



Receita líquida do governo central, em % do PIB



Dívida, em % do PIB

- Bruta do governo geral
- Líquida do setor público



Fonte: Ministério da Economia

O Brasil no último pelotão dos latinos (Editorial)

Superado com vigor o primeiro impacto da pandemia, a economia latino-americana perde impulso, volta ao ritmo anterior ao surto de covid- 19 e se defronta com três desafios simultâneos: garantir contas públicas sustentáveis, elevar o potencial de crescimento econômico e promover importantes ganhos sociais, favorecendo a coesão e combatendo as desigualdades.

Formulados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o diagnóstico e a receita são dificilmente contestáveis por qualquer político responsável, informado e disposto a trabalhar pelo desenvolvimento de seu país e da região.

Nesse quadro, as perspectivas de expansão do Brasil são inferiores, sem surpresa, às de outras grandes economias da América Latina e do Caribe - uma desvantagem visível já no período petista e mantida, e até agravada, nos três anos de mandato já completados pela presente administração.

A forte reação econômica foi suficiente, no ano passado, para a maior parte da região voltar aos níveis de atividade anteriores à pandemia, normais para os latino-americanos e geralmente inferiores aos de outros emergentes, principalmente da Ásia. O Produto Interno Bruto (**PIB**) da América Latina e do Caribe encolheu 6,9% em 2020, cresceu 6,8% em 2021 e deve expandir-se 2,4% neste ano e 2,6% no próximo, segundo informe do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, desde janeiro chefiado pelo brasileiro Ilan Goldfajn, ex-presidente do Banco Central do Brasil. Na América do Sul, o **PIB** deve aumentar 1,8% em 2022 e 2,2% em 2023. O ganho estimado para 2021, de 7,1%, compensou com folga a perda de 6,5% na onda inicial da pandemia. Nessas contas, a economia brasileira se distingue duplamente das demais.

A primeira diferença aparece no balanço de 2020. Nesse ano o **PIB** do Brasil diminuiu 3,9%, num recuo bem menor que o observado em outros países da América Latina e de grande parte do mundo capitalista - uma vantagem proclamada mais de uma vez pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. A segunda, bem visível quando se volta ao cenário mais comum, confirma o menor vigor da economia brasileira, já evidente em anos anteriores ao choque inicial da pandemia.

O crescimento projetado para o Brasil - de 0,3% em 2022 e de 1,6% em 2023 - é bem inferior ao estimado para outras economias da região. Exemplo: depois de uma perda de 5,9% em 2020, a produção chilena cresceu 12% em 2021 e deve aumentar 1,9% neste ano e também no próximo. As taxas estimadas para a Colômbia são de 4,5% em 2022 e de 3,7% em 2023. O salto do ano passado, de 10,2%, superou amplamente a queda de 2020, estimada em 6,8%.

Houve avanços inegáveis na maior parte da América Latina, no último quarto de século. As economias ficaram menos frágeis, houve menos crises graves e os países tornaram-se menos dependentes do socorro do FMI. Acordos de financiamento ainda foram assinados, mas em situações menos dramáticas e acompanhados de condições mais suaves.

No Brasil, o cenário favorável durou cerca de dez anos, neste século. Os padrões de governo começaram a ser afrouxados no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e entraram em colapso nos primeiros anos da presidente Dilma Rousseff.

Muitos bilhões foram queimados em políticas erradas, como a dos "campeões nacionais", enquanto se deteriorava a infraestrutura, a ineficiência era favorecida pelo protecionismo, a Petrobras era pilhada e a indústria de transformação perdia competitividade e relevância.

A recuperação econômica nunca se completou, depois da recessão de 2015-2016, e as noções de planos e programas federais praticamente sumiram a partir de 2019.

O Brasil tem recuado duplamente - em relação à própria história de modernização econômica e em relação aos padrões mundiais e regionais. Embora menos industrializados, outros países latino-americanos têm mostrado dinamismo bem maior que o brasileiro, condições fiscais mais saudáveis e menor propensão a surtos inflacionários. As novas projeções do FMI confirmam a evidente desvantagem brasileira, mas quem, no Ministério da Economia, ainda leva a sério o FMI?

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Agro cobra de governo e Congresso mais R\$ 3 bi para o crédito rural



THAÍS BARCELLOS BÁRBARA NASCIMENTO

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) pediu ao governo e ao Congresso pelo menos mais R\$ 3 bilhões para contratação de crédito rural subsidiado para colocar de pé a safra deste ano. A solicitação foi encaminhada em ofício aos ministros Paulo Guedes (Economia), Tereza Cristina (Agricultura) e Ciro Nogueira (Casa Civil), além dos presidentes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Sergio Souza (MDB-PR), e das Comissões de Agricultura da Câmara, Aline Sleutjes (PSL-PR), e do Senado, Acyr Gurgacz (PDT-RO).

Dos R\$ 7,8 bilhões aprovados pelo Congresso no Orçamento de 2022 para despesas de equalização de taxas de juros no Plano Safra, 99% já foram usados, segundo os próprios bancos. Isso ocorreu porque a alta forte e rápida da Selic, a taxa básica de juros, hoje em 10,75%, que não foi atualizada na peça orçamentária, exigiu maior liberação de recursos do que a esperada para compensar as taxas mais baixas praticadas no contexto do Plano Safra - de 4,5% no caso do Pronaf e de 6% do Pronamp.

Com a falta de recursos, a Secretaria de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia determinou na sexta-feira que as instituições financeiras suspendessem novas contratações de crédito rural subsidiadas durante o mês de fevereiro.

Nos cálculos da equipe econômica, será necessário remanejar R\$ 2,9 bilhões do Orçamento para tapar o buraco e impedir que a safra seja prejudicada.

Além disso, outros R\$ 200 milhões seriam necessários para ajudar os produtores a enfrentar a seca no Sul.

Segundo técnicos da equipe econômica, apenas os recursos destinados ao Sul podem ser solicitados por meio de crédito suplementar ao Congresso.

Assim, o restante teria de ser remanejado dos ministérios da Agricultura e da Economia.

O governo ainda decide de onde virão os valores.

ORIGEM DO PROBLEMA. O problema no Plano Safra começou na tramitação do Orçamento.

Aprovada após muitos atrasos, a Lei Orçamentária Anual acabou sancionada com parâmetros defasados, não comportando mudanças feitas pela PEC dos Precatórios, que ampliou o espaço para gastos.

"Consideramos que a escalada da Selic não foi dimensionada quando da formulação do Orçamento 2022, o que compromete novas operações de crédito em 2022, assim como as tão necessárias renegociações de prazos de reembolso do crédito nas regiões cuja produção agropecuária foi significativamente impactada pela seca ou por chuvas excessivas", afirmou o presidente da CNA, João Martins, no ofício.

A CNA se preocupa com o fim do período da safra 2021/2022, que vai até junho, e com a próxima, 2022/2023. Segundo a assessora de política agrícola da CNA, Fernanda Schwantes, o grosso das contratações de crédito ocorre no segundo semestre, quando ocorre o plantio dos principais grãos, como a soja e a primeira safra de milho. Além da seca no Sul, ela cita o excesso de chuva na Bahia e no Sudeste.

A confederação também vê impacto na **inflação**. "O aumento do custo do crédito, justamente em uma safra que estamos tendo preços recordes dos insumos, bem como a falta de alguns deles, além de problemas climáticos extremos que certamente irão impactar a oferta de alimentos, devem ocasionar aceleração inflacionária e comprometer o próprio crescimento econômico do País."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsonaro promete 'empenho' para conter preços

Em discurso marcado por palavrões voltados a governos anteriores, em visita à Barragem de Oiticica, em Jucurutu (RN), o presidente Jair Bolsonaro prometeu mais uma vez empenho contra a alta dos preços e reiterou críticas indiretas ao Supremo Tribunal Federal (STF).

"No corrente ano, vamos nos empenhar para baixar a inflação e também conseguir mais empregos", prometeu Bolsonaro, sem citar os dados atuais, mas reconhecendo o salto no valor dos combustíveis, um dos motivos da perda de popularidade do presidente, que tenta a reeleição. "Não tenho poder de chegar na Petrobras e falar 'está congelado, diminui preço do combustível'".

Até gostaria de ficar livre da Petrobras, porque me acusam de uma coisa que não tenho responsabilidade", acrescentou, jogando a culpa da alta dos combustíveis em governadores pela cobrança de ICMS.

Bolsonaro ainda repetiu que não errou em nenhum momento durante a pandemia de covid-19 e voltou a usar expressões pejorativas para se referir a nordestinos. "Minha esposa é filha de um cabra da peste, de um cabeça-chata", comentou.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

'Perdemos 21% do poder de compra em três anos'



MÁRCIA DE CHIARA

A **inflação** começou o ano em alta, mas numa velocidade menos acelerada do que a do final de 2021. Para 2022, a perspectiva é de que os preços subam num ritmo que é a metade do registrado em 2021. Apesar da perda de fôlego registrada em janeiro e também esperada para o fechamento de 2022, o economista Guilherme Moreira, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), lembrou que, em três anos, incluindo este, a **inflação** deve acumular uma alta de mais de 20%. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como o sr. avalia a pressão dos alimentos sobre a **inflação** neste início do ano?

As principais contribuições para a **inflação** de 2021 vieram da energia, principalmente eletricidade e gás, dos transportes, por conta dos combustíveis e dos preços dos carros, e da alimentação.

Esses três itens responderam por 80% do da **inflação** do ano passado. Quando entramos neste ano, esses efeitos continuam. Não é porque virou o calendário que eles vão parar. No caso dos alimentos, há três fatores de pressão. Os alimentos industrializados, que subiram mais de 1% ao mês ao longo do ano passado inteiro porque incorporaram aumentos de custos da indústria, como embalagens, frete, energia, continuam nessa trajetória de alta. Tem as questões climáticas que afetaram a produção dos alimentos in natura em janeiro, como verduras e legumes.

Existem também as pressões das proteínas animais.

A carne bovina continua subindo pela baixa oferta aqui e alta demanda lá fora.

Além da alimentação, quais são os outros focos de pressão para a **inflação**?

Os preços do transporte são uma incógnita. Há tensão na Rússia, e os preços do petróleo devem continuar em alta. Existe também a questão do câmbio que ninguém sabe para onde vai, pois depende da eleição e da crise internacional. Tudo isso contribui para que a **inflação** deste ano fique acima da meta de 5%. Poderá ser 10%? Pouco provável, pois há uma série de coisas que subiram no ano passado e não devem subir no mesmo ritmo neste ano. É por isso que a maioria dos analistas, não só eu, acha que a **inflação** deste ano não vai ser 10%, mas 5,5%. A **inflação** deste ano vai ser menor do que a do ano passado, mas 5,5% é uma baita **inflação**, acima da meta e com riscos que podem agravar o cenário.

Como assim?

Se considerarmos que tivemos em 2020 uma **inflação** de 5,62%, medida pelo IPC da Fipe, e de 9,73% em 2021, são mais de 16% acumulados em dois anos. Se empilharmos mais 5% deste ano, estamos falando de 21% a 22% de **inflação** em três anos. É muita coisa. É um quadro muito preocupante.

Em três anos perdemos 21% do poder de compra e precisaríamos ganhar entre 20% a 21% a mais para compensar o poder de compra perdido.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dólar cai 0,64% e recua a R\$ 5,22; Bolsa sobe 0,20%

Apesar das preocupações com a **inflação**, o dólar fechou em queda de 0,64%, R\$ 5,2269, ontem, no menor valor desde 13 de setembro. Já a Bolsa brasileira (B3) teve ganho modesto de 0,20%, aos 112.461,39 pontos.

A entrada de recursos estrangeiros, segundo números do Banco Central, ajudou a manter o dólar em queda. Pela manhã, porém, o mercado local se descolou e o dólar operou em alta moderada frente o real, com máxima em R\$ 5,2902.

Operadores e economistas relatam preocupações com a **inflação** e o risco fiscal do País, além das expectativas com o índice de preços dos EUA em janeiro - esperado para hoje, pode levar a um aumento nos juros americanos em março.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Início do ano tem maior alta das commodities desde 1995

Misa Hama e Kazuya Hiruta

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187137?page=18§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187137?page=18§ion=1

Pesquisa pré-Copom destaca piora fiscal

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187137

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187137